

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA E NO PIAUÍ: GUERRA, RESISTÊNCIA E VITÓRIA (1822-1823)

RAYANNE GABRIELLE DA SILVA¹

Resumo: O processo de independência brasileiro caracterizou-se pela violência através de guerras locais ocorridas em quase todas as províncias do território, desmitificando a ideia de que o processo se dera de maneira pacífica e sem derramamento de sangue. No entanto, confunde-se o objetivo das lutas com algo associado a sentimento nacional, quando, na verdade, a construção da nação se deu ao longo do período imperial instalado. As províncias, mais distantes na convergência de interesses que espacialmente, visavam sua própria independência contra os abusos cometidos pelos lusitanos, de modo a que pudessem exercer sua própria autonomia sem interferências externas. Os conflitos armados resultantes dessa necessidade ganharam dimensões de verdadeiras batalhas, tanto terrestres quanto navais, de modo a consolidar o domínio pleno do território e da independência almejada. As guerras ocorridas nas províncias da Bahia e do Piauí, as quais se alastraram pelas províncias vizinhas, foram a consequência maior da consolidação da independência do Brasil e da futura construção do país como nação.

Palavras-chave: Guerras de Independência. Bahia. Piauí.

Abstract: The Brazilian independency process was characterized for the violence through wars local occurred in almost all the provinces of the territory, demystify the ideia of which the process had happened in peace-loving way and without blood spilling. However, the objective of the struggles gets confused with something associated to national feeling, when, in fact, the construction of the nation happened along the installed imperial period. The provinces, more distant in the convergence of interests that spatially, they were aiming at his independency itself against the abuses committed by the Portuguese ones, in way what day-pupils could practice his autonomy itself without interference. The resultant armed conflicts of this necessity gained dimensions of true battles, so much land how much naval, in way to consolidate the power full of the territory and of the longed independence. The wars occurred in the provinces of the Bahia and of the Piauí, which were scattered by the nearby provinces, were to consequence bigger of the consolidation of the independence of Brazil and of the future construction of the country like a nation.

Key-words: Independency Wars. Bahia. Piauí.

¹ Pós-graduanda em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte. E-mail: rayannegabrielle_28@hotmail.com.

Por muitos anos, difundiu-se a falsa crença, principalmente nos livros didáticos de História, de que o processo de independência do Brasil limitou-se a pouquíssimos personagens expressivos, a uma aceitação unânime e pacífica da transição de reino colonial para império pelas províncias distribuídas no vasto território e a outorga, em 1824, da primeira Constituição do novo Estado emergente nas Américas, atrás de diversos países, já seguidores da ordem democrática e presidencialista. Mas os estudos recentes mostram e continuam a provar o contrário desse pacifismo extremado do processo de independência do Brasil. Primeiramente, é sabido que não há processo de separação ou secessão de um território de outro sem conflitos armados, bastante violentos por sinal. Todos os processos de independência dos países americanos foram precedidos e/ou seguidos por aquilo que ficou conhecido como guerras de independência, somente a título de exemplo. E em segundo, essas guerras reduzem-se, por vezes, a algo interno entre a própria população independente ou fracassada em seus objetivos de secessão, tomando um ar de continuidade que só se encerra com a concordância na organização plena do Estado pelas partes beligerantes, principalmente através de uma Constituição.

No Brasil, esse ainda contínuo silêncio, cada vez mais quebrado, a respeito de sua guerra de independência gerou lacunas irreparáveis na formação histórica escolar e até mesmo universitária de vários estudantes pelo país. Hoje, muitos se surpreendem ao chegar diante de uma prova, vestibular ou concurso público e aprenderem com esses recursos sobre a existência de conflitos sanguinolentos comprovadamente descritos por autores da época durante o processo de independência, como os que ocorreram no Sul, na capital, Rio de Janeiro, e no Norte-Nordeste, quando eles, com seus conhecimentos prestes a serem testados, deveriam comprovar sua sapiência sobre o assunto, o que não ocorre. Então, por que esse silêncio tão ensurdecador a respeito de uma temática tão natural na História de vários países, temática da qual os ex-colonizados se vangloriam como a prova de sua capacidade em lutar contra potências consideradas invencíveis por seu desenvolvimento armado mais evidente? Por que batalhas célebres pela vitória e violência, como Itaparica, Pirajá e Jenipapo, são pouca ou nenhuma vez mencionadas, quando o sangue de milhares de homens e mulheres foi derramado em prol da causa independentista? Isso ainda precisa ser respondido, sem ser visto como meros conflitos regionais ou provinciais isolados. Eles precisam ser vistos como conflitos que, somados a outros ocorridos com o mesmo intuito em todo o país em formação, fazem parte das guerras de independência do Brasil. Excluídos da História, jamais.

DO GRITO DO IPIRANGA ÀS AÇÕES ARMADAS: AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Acredita-se que o processo de independência deu-se a partir do dia em que D. Pedro, príncipe-regente do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, decidiu descumprir as determinações das Cortes de Lisboa e ficar no Brasil. O dia 9 de janeiro de 1822 ficou conhecido como Dia do Fico e foi encerrado somente em 1824, com a outorga da Constituição Imperial. O dia 7 de setembro de 1822, quase oito meses após o célebre Fico, o próprio príncipe-regente declarou a independência do Brasil às margens do rio Ipiranga, na província de São Paulo, a partir das pressões das Cortes de Lisboa em transportar, à força, a família do príncipe do Brasil para Portugal, de modo a que jurassem a Constituição portuguesa, além de cartas enviadas pela princesa D. Leopoldina e pelas facções políticas de várias províncias, instando-o a cortar os laços do Brasil com Portugal.

Já não bastassem os problemas externos resultantes da pressão das Cortes de Lisboa, o Brasil teve de enfrentar uma série de conflitos armados durante o processo independentista dentro do próprio território, de modo a afirmar sua soberania recém-adquirida e consolidar a secessão declarada. As guerras de independência são consideradas o primeiro grande teste internacional do Brasil (ANJOS, 2007, p. 262), ganhando um vulto tão grande quanto a Guerra Brasileira travada no século XVII e que resultou na expulsão dos holandeses da então colônia. “Os brasileiros favoráveis à Independência reuniram forças consideráveis para lutar contra as tropas portuguesas que aqui estavam desde a vinda da família real, em 1808”, conforme aponta Fausto (2013, p. 123), gerando embates violentos entre brasileiros e lusitanos em várias províncias do novo país. Ao invés de holandeses, os brasileiros e estrangeiros simpatizantes da causa expulsariam portugueses e seus apoiadores, em lutas importantes no Sul e no Norte-Nordeste, fugindo de cair na armadilha de fragmentar o território como ocorreu com as províncias espanholas. Quanto a isso, Fausto (op. cit., p. 126) continua ao afirmar que

Não faltam objeções à tese segundo a qual a consolidação da Independência foi fácil. Seus críticos salientam que a Independência sob a forma de união em torno do Rio de Janeiro resultou de uma luta e não de um consenso geral. Nessa luta foram vencidos nas províncias os movimentos autonomistas e os que sustentavam a permanência da união com Portugal, como aconteceu no Pará. As objeções têm o mérito de chamar a atenção para o fato de que a Independência não correspondeu a uma passagem pacífica. Mas elas não invalidam a constatação de que, admitido o uso da força e as mortes daí resultantes, a consolidação da Independência se fez em poucos anos, sem grandes desgastes. Mais do que isso, a emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da

ordem social e econômica, ou da forma de governo. Exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas.

Tal unicidade nas Américas não foi vista com bons olhos pelos próprios vizinhos logo de início, desconfiados quanto às verdadeiras intenções do Brasil em manter um império grandioso no coração da América do Sul. O temor era de que o Brasil, mais cedo ou mais tarde, voltasse seus interesses para as repúblicas recém-independentes, numa tentativa expansionista de agregar seus territórios. Simon Bolívar, líder expoente dos novos países sul-americanos, foi um dos que mais foram de encontro à manutenção de um império na região. Lima (2003, p. 22-23), ao analisar as cartas do Libertador, depreende que Bolívar tentou entender o que aquilo significaria para as repúblicas democráticas hispânicas ao redor do Brasil e afirmava que o país de língua portuguesa atendia aos interesses da Santa Aliança no continente, o que inviabilizava a realização da “grande união americana” entre as nações. Os conflitos em torno da delimitação fronteiriça ao Sul do império, os quais geraram em consequência a independência da Província Cisplatina, pertencente ao Brasil, anos depois, levou Bolívar a militar contra o império antes de entender, finalmente, sua peculiaridade como projeto de nação na América do Sul, sem comprometer a soberania dos vizinhos.

Mas, apesar de se preocupar com a sua não-fragmentação territorial diante do cenário independentista, o Brasil também se preocupou em garantir o projeto soberano de nação através de uma organização militar forte e efetiva, que pudesse atender aos interesses do império de forma interna e externa. José Bonifácio, quando assumiu o cargo de Ministro de Estado, “[...] buscou organizar o Exército e a Marinha brasileiros consciente de que do sucesso ou o fracasso militar dependeria, em grande medida, o futuro do projeto brasileiro” e que as Forças Armadas propriamente brasileiras era um instrumento de fundamental importância “[...] para a realização e consolidação da integridade territorial, traduzida em unidade das províncias do Amazonas ao Prata, sob o signo da centralização do Rio de Janeiro” (ANJOS, 2007, p. 262). Tal pensamento, como pode ser verificado, garantiu a manutenção do império e delimitou, até mesmo com o advento da República, quase todas as fronteiras territoriais como se conhece hoje, sem prejuízo do país e dos vizinhos, cuja disputa geopolítica na região dominou o século XX.

Isso não significa dizer que as Forças Armadas Imperiais brasileiras estivessem devidamente preparadas para enfrentar as guerras resultantes da declaração de independência. Primeiramente, não havia oficiais de alta patente que liderassem o Exército e a Marinha, cabendo a estrangeiros mercenários a tarefa de comandar. Pierre Labatut,

general francês, experiente combatente das Guerras Napoleônicas na Europa, foi encarregado de liderar as tropas terrestres, com o aval tanto do ministro Bonifácio quanto do príncipe D. Pedro. O almirante inglês Lorde Thomas Cochrane ficou encarregado de comandar a esquadra e havia se tornado figura central dos processos de independência do Chile e do Peru (FAUSTO, 2013, p. 123). Além deles, vários outros estrangeiros também tomaram parte nas guerras de independência do Brasil, menos com o sentimento de construir a nação e rechaçar as influências nocivas dos lusitanos sobre o território que angariar riquezas em troca, além da reconquista da honra perdida em seus países de origem.

Em segundo, a indisciplina grassava sobre as tropas, a maioria, em condições precárias de fardamento, ração e pagamento de soldos. O problema se dava mais pelo fato de elas serem comandadas por chefes portugueses através de uma disciplina militar que não correspondia aos anseios brasileiros. Inúmeros foram os exemplos de motins, prisões e castigos infligidos aos soldados quando do estouro da secessão, aproveitando o momento para exigir, num ímpeto que é erroneamente considerado nacionalista, a liderança das forças militares exercida por chefes genuinamente brasileiros.

Em terceiro, a desvantagem numérica e técnica entre portugueses e brasileiros era evidente, tanto em meios terrestres quanto navais. Para se ter uma ideia, o Exército português tinha aproximadamente 24.000 homens, a maioria estacionada na Europa. Dos que se concentravam no Brasil, boa parte partiu junto com D. João VI e a Família Real portuguesa de volta a Lisboa em 1821. O Exército brasileiro, por outro lado, era composto por tropas de milícias, com pouquíssimas tropas de 1ª linha. As forças mais experientes concentravam-se no Sul, onde enfrentavam continuamente espanhóis em busca da delimitação fronteiriça, e na Corte no Rio de Janeiro, a qual detinha os Regimentos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e de Milícias. Quanto as Marinhas de Guerra, os lusitanos também obtinham vantagens sobre os brasileiros: antes da invasão francesa contra Portugal, no início do século XIX, eram 57 navios. Destes, 21 ficaram no Brasil após a partida de D. João VI, mais precisamente, ancoradas nos portos baianos. Os brasileiros possuíam apenas sete navios, sendo duas fragatas, consideradas a embarcação mais rápida e melhor artilhada da época (MORGADO, s.d., p. 64). Araújo (s.d., p. 17) acrescenta que as tropas brasileiras “[...] eram tropas treinadas para lutar contra piratas e para reprimir revoltas escravas e não para o combate entre exércitos regulares, como os portugueses”. Assim, como enfrentar o poderio lusitano, sem fracassar diante da possibilidade em alcançar plenamente a independência, com sérias desvantagens humanas, técnicas e materiais?

Por último, as guerras de independência contaram, mais uma vez, com a participação de elementos das “três raças” formadoras da população brasileira, nesse caso, em virtude da ausência de efetivos nas fileiras do Exército e da Marinha. Contudo, a mobilização não se deu sem conflitos, inclusive no que tange a instauração da concepção do “soldado-cidadão”, algo que foi logo rechaçado pelos brasileiros quando os lusos tentaram implantar. E teve mais: conforme explica Araújo (s.d., p. 15), a concepção lusitana do soldado-cidadão trouxe consigo o desprezo pelas populações negras, mestiças e de cor, cujas tropas formadas por esses homens inferiores “[...] deveriam ser simplesmente desmobilizadas e substituídas pelo verdadeiro exército moderno [...]”, algo impossível de se conseguir em um território onde, há mais de 300 anos, a mestiçagem entre os diferentes povos tornou-o singular perante as demais nações. O próprio ministro Bonifácio, ao abrir o alistamento amplo de soldados e marinheiros, incluía tanto nacionais quanto estrangeiros, e entre os primeiros buscava o engajamento das comunidades indígenas como aliadas da causa independentista, uma tática comum durante os primeiros anos de colonização (ANJOS, 2007, p. 263). Os lusos, pelo que se pode depreender, não aprenderam nada com as experiências adquiridas durante a Guerra Brasílica, onde a união das “três raças” formadoras do Brasil fez a diferença quando da manutenção da soberania portuguesa na região.

66

Entender as guerras de independência do Brasil é buscar compreender as dificuldades e os desafios impostos pela situação aos “patriotas” diante de um cenário em que a afirmação do território como soberano, nacional e pátrio exigiria o esforço e a coragem de cada um para alcançar o objetivo tão sonhado de libertação dos abusos infligidos, há séculos, por Portugal. A ausência de preparo das tropas e da frota naval brasileiras e os ensinamentos provenientes das lideranças mercenárias estrangeiras contribuíram significativamente para o rumo vitorioso dos acontecimentos em favor do novo império. As guerras de independência do Brasil na Bahia e no Piauí foram dois exemplos, talvez os mais exemplificativos, da mobilização, preparação e atuação do Exército e da Marinha brasileiros, ainda por germinar. Os erros e acertos decorrentes dos conflitos nessas províncias lembram e muito a capacidade do brasileiro de não fugir a própria luta, independentemente das armas que tiverem em mãos.

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA: VITÓRIA E TRIUNFO NO NORDESTE
BRASILEIRO

A província da Bahia, juntamente com as demais províncias do eixo Norte-Nordeste do Brasil, teve de enfrentar lutas ferrenhas contra a presença portuguesa na região. Segundo Oriá (2015, p. 7), Portugal, após a declaração de independência da antiga colônia ultramarina, concentrou seus esforços para manter parte do território pertencente a si na província baiana, onde a maior parte dos navios e do contingente terrestre militar lusitano estava estacionada. Sem querer sair perdendo após a catastrófica dissolução dos laços entre metrópole e colônia, D. João VI pretendia manter o Norte-Nordeste brasileiro submisso ao reino português, enquanto as regiões Sul-Sudeste fariam parte da nação independente, sob o comando político de D. Pedro. Logicamente, isso não foi bem aceito, nem por brasileiros nem por portugueses, e conflitos armados, com caráter bastante violento, explodiram em quase todas as províncias, ansiosas por continuar a fazer parte do Brasil como se conhecia.

Na Bahia, a guerra se iniciou em 18 fevereiro de 1822, meses antes de D. Pedro declarar a independência e mais de um mês depois da proclamação feita pelo príncipe-regente de que ficaria no Brasil, desobedecendo as ordens das Cortes de Lisboa. O motivo foi a nomeação do brigadeiro português Inácio Madeira de Melo para o cargo de Governador ao invés do brigadeiro brasileiro Manoel Pedro, aclamado pelas tropas e apoiado pela elite baiana, a qual se organizava em torno da Junta Governativa e da Câmara Municipal em busca de autonomia política. O conflito armado do dia 18, resultante da insatisfação da nomeação e da recusa em passar o cargo para Madeira de Melo, desbaratou as tropas brasileiras lá presentes durante três dias de luta, provocando a indignação popular, que se via abandonada e indefesa para resistir à contínua subjugação imposta pelos lusos. As tropas desordenadas transformaram-se, em sua maioria, em grupos de guerrilhas, compostas não só por soldados profissionais como também por desertores e escravos fugidos, de várias regiões da província (ARAÚJO, s.d., p. 17-18).

Somente em 17 de junho, após notícias do caos em que a Bahia se tornara, com embates constantes entre os grupos guerrilheiros e as tropas lusitanas, D. Pedro intimou Madeira de Melo a deixar o Brasil e pediu aos baianos que reagissem e lutassem contra a tirania imposta pelo brigadeiro sob as ordens de Portugal. Entre os dias 24 e 25 do mesmo mês, a vila de Belém e as cidades de Cachoeira e São Félix reconheceram a autoridade do príncipe-regente. Na cidade de Cachoeira estava ancorada uma escuna lusitana, enviada por Madeira de Melo para vigiar o movimento. Diante da comemoração pela aclamação de D. Pedro, a escuna, comandada pelo capitão Duplaquet, “[...] desembarcou parte da tripulação que, armada de sabre e pistola, cometeu desatinos em represália enquanto a artilharia do

barco disparava contra a cidade [...]” (DONATO, 2001, p. 226), algo que perdurou até o dia 26. A embarcação, após sofrer tiros de canhão, foi apresada com toda a tripulação.

Com o apoio do Recôncavo à causa brasileira e a fuga dos brasileiros de Salvador, Madeira de Melo decidiu reagir, enviando uma expedição de 80 praças da Legião Lusitana para tomar o Forte de São Lourenço, situado na extremidade noroeste da Ilha de Itaparica e ponto importante de acesso a Baía de Todos os Santos, no dia 10 de julho. Comandada pelo capitão Joaquim José Teixeira, o “Trinta Diabos”, a expedição invadiu o forte e inutilizou todos os canhões da fortificação e danificou as carretas de peças (MORGADO, s.d., p. 65-66). Silva (2012, p. 103), em relação aos motivos que levaram a reação de Madeira de Melo contra o Forte, vê a ação como mais uma represália pelos acontecimentos de junho em Cachoeira do que uma tentativa de ocupação militar do local. Isso explica sua inutilidade militar posterior, tanto para uso dos portugueses quanto dos brasileiros, apesar de os primeiros tentarem nele se refugiar quando de sua expulsão, em 1823, do território baiano, sem sucesso.

A declaração de independência em 7 de setembro resultou em proclamações sucessivas por parte das diferentes administrações da província baiana e iniciou a revolta que culminaria na maior e mais duradoura guerra de independência brasileira: Oriá (2015, p. 7) afirma que o conflito na província durou um ano e cinco meses e mobilizou o maior contingente de pessoas, inclusive das camadas populares e de escravos. A chamada 1ª fase do conflito, caracterizada pelo uso da tática de guerrilha e conhecida como “Guerra Regional”, durou desde os embates em Cachoeira até outubro de 1822, sob o comando do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho. O exército amador composto por ele tinha um contingente de 500 homens, chegando a reunir aproximadamente 1.500 soldados, enquanto as tropas portuguesas somavam mais de 3.000 combatentes, tanto em terra quanto em mar.

O foco de resistência brasileira alcançou o seu auge quando as tropas, provenientes de várias regiões da província, se concentraram na região de Pirajá, transformada em um grande arraial. Por outro lado, várias fortificações litorâneas e embarcações foram severamente artilhadas pelos portugueses, de modo a fechar o acesso da frota brasileira a Baía de Todos os Santos, caso uma fosse enviada do Rio de Janeiro. O objetivo do inimigo estrangeiro era cercar a capital baiana e alargar o controle sobre as regiões interioranas, onde se sabia existir focos de resistência dos “patriotas”, como ficaram conhecidos os brasileiros. Sem o recebimento de víveres, munições e ajuda externa, os rebeldes não resistiriam por muito tempo.

Ainda no final de julho, “Trinta Diabos” atacou Itaparica, sofrendo sucessivas emboscadas da população. No início de agosto, Madeira de Melo recebeu reforços da metrópole para o esforço de guerra: 600 soldados do Batalhão de Infantaria, 100 homens da Cavalaria e 50 da Artilharia (MORGADO, s.d., p. 68). Pirajá estava começando a dar dor de cabeça aos portugueses, sem imaginar que a preocupação maior havia deixado o Rio de Janeiro no dia 14 de julho, reunido 200 soldados negros – os Libertos do Imperador – provenientes da Corte, 700 soldados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, e artilharia comandada pelo major José de Barros Falcão de Lacerda, além de 200 da Paraíba, durante sua marcha de meses pelo Nordeste brasileiro, alcançando a Bahia no final de outubro e intimando Madeira de Melo a se render: era o general francês Pierre Labatut. No mesmo período, além do reforço recebido no início de agosto, o brigadeiro português tinha recebido um reforço de 1.400 homens, entre infantes e artilheiros, e uma esquadra com 20 navios, comandada pelo chefe-de-divisão João Félix Pereira de Campos. Labatut recebeu mais 800 soldados do Batalhão do Imperador, que se juntaram aos 1.500 baianos para enfrentar o inimigo português (ARAÚJO, s.d., p. 23).

Na manhã do dia 8 de novembro, Madeira de Melo respondeu com fogo e invasão ao arraial de Pirajá à ordem de rendição de Labatut. Donato (2001, p. 410) descreve que lanchões portugueses seguiram em comboio, acompanhados por duas canhoneiras, conduzindo 300 infantes e 100 marinheiros, em direção à costa de São Brás e Escada. Ao mesmo tempo, uma segunda coluna militar avançava pela Estrada das Boiadas, rumo ao arraial de Pirajá, enquanto outra avançava pelo Cabrito, de modo a romper a linha de cerco da cidade e afugentar o exército dos independentes. Os brasileiros resistiram, em uma luta que durou mais de cinco horas, às tentativas de rompimento do cerco ao arraial, mantendo-se firmemente na defesa de suas posições, num conflito que envolveu entre 2.500 a 4.000 pessoas. Um fato curioso, relatado até hoje e que pôs fim a principal contenda da guerra de independência na Bahia, é sobre o Corneteiro de Pirajá, como ficara conhecido aquele que, ao errar o toque de retirada ordenado pelo major pernambucano José de Barros, desconcentrou as tropas portuguesas, tocando “Cavalaria – avançar e degolar”, e as fez fugirem da região, amedrontadas com a possibilidade de o inimigo fazer-lhes um ataque violento. A vitória brasileira foi clara nessa batalha.

O número de mortos e feridos ainda é impreciso. Labatut, em ofício elaborado logo após a batalha, aponta o número de 200 mortos e inúmeros feridos, somente do lado português. Morgado (s.d., p. 73) insiste que, numa luta com quase 5.000 combatentes, um número considerável de mortos e feridos foi daí proveniente. Essa 2ª fase da guerra de

independência na Bahia ficou caracterizada como “Guerra Nacional” e se estendeu até a substituição do general Labatut pelo coronel Joaquim José de Lima e Silva, em maio de 1823. Até lá, um novo encontro entre brasileiros e portugueses se daria em 11 de dezembro de 1822, cujo Exército Pacificador de Labatut derrotou um ataque ao acampamento em Pirajá perpetrado por escravos arregimentados por portugueses. O ataque resultou no fuzilamento sumário de 50 dos atacantes aprisionados, por ordens do general francês (DONATO, *op. cit.*, p. 411).

A Batalha de Pirajá, ao mesmo tempo em que fundamenta sua importância na história das guerras de independência do Brasil ao evidenciar a capacidade brasileira em resistir a cercos, também enxergou a necessidade de superar o aumento da fome e de efetivos, dependendo do mar para a manutenção das tropas e da própria guerra. De dezembro de 1822 a julho de 1823, a Ilha de Itaparica foi a mais atacada pelas canhoneiras portuguesas, resistindo com o apoio maciço do povo, das fortificações e das trincheiras bem artilhadas no entorno, provocando muitas baixas do lado inimigo. No dia 7 de abril, a esquadra comandada por Cochrane chega a Baía de Todos os Santos, atacando a esquadra inimiga no dia seguinte e iniciando o cerco por mar a Salvador. Labatut continuou a avançar com o Exército Pacificador pelo interior da Bahia, expulsando portugueses e seus simpatizantes e promovendo um verdadeiro cerco terrestre no entorno da capital. Vendo tantos reveses e percebendo estar perdendo o controle da província, Madeira de Melo, em 9 de maio, declara Salvador em Estado de Sítio e expulsa quase 10.000 civis da cidade. Com poucos víveres, resistiria por pouquíssimo tempo à entrada dos patriotas na cidade (MORGADO, *s.d.*, p. 73-6).

Mas a comemoração das vitórias seguidas em Pirajá durara muito pouco. A rejeição dos brasileiros em possuir um general estrangeiro os conduzindo e o uso de escravos e indígenas entre as tropas militares profissionais, ao menos as poucas que existiam, levaram Labatut a ser substituído, através de um motim dos homens do coronel Joaquim José de Lima e Silva, que assumiu o comando do Exército Pacificador e iniciou a fase final do conflito. Nessa última etapa, a esquadra brasileira teve papel de destaque, com um cerco marítimo bem sucedido e a expulsão da frota portuguesa da costa baiana. Substituído Labatut, a luta teria que continuar. Em 20 de junho, após deliberação em um Conselho de Guerra e sofrendo com a fome e as dificuldades decorrentes do cerco imposto pelo Exército Pacificador e pela esquadra de Cochrane, Madeira de Melo decidiu entregar a capital. O feito ocorreu no dia 2 de julho de 1823, com a entrada do Exército Pacificador em Salvador, sob o comando de Lima e Silva, e a fuga dos portugueses pelo mar. Alguns

deles tentaram encontrar refúgio em Itaparica, mas foram severamente rechaçados pelas tropas lá presentes. Era o fim definitivo da guerra, com vitória dos brasileiros.

Em geral, acredita-se que em 2 de julho o exército brasileiro possuía no entorno de 10.139 homens contra 4.520 portugueses. Contabilizam-se, ainda que sem exatidão, 750 mortos e 280 feridos do lado dos patriotas contra o expressivo número de 2.500 feridos, 700 mortos e 300 capturados do lado português, isso em todo o conflito, números estes que podem ser maiores. A importância atribuída a independência baiana, lembrada até hoje com o célebre e festivo feriado de 2 de Julho no estado, impediu o desmembramento do território em dois eixos, Norte e Sul, e serviu para, anos após a guerra, as elites militares e latifundiárias locais tentarem reconquistar o capital político baiano perdido com a ascensão do eixo Sul do Brasil, algo lembrado pelo professor Hendrik Kraay em uma entrevista concedida no ano de 2015. Mas a luta por um Brasil brasileiro não parou em Salvador: em 30 de julho, dias depois da fuga plena dos portugueses da província baiana, o major português João José da Cunha Fidié capitulava no Maranhão, após uma batalha sangrenta no Piauí, do qual saíra parcialmente vitorioso. Seria o encerramento de mais um capítulo da manutenção do Brasil independente, a custa de centenas de vidas.

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ: “DERROTA” E APRENDIZADO NO NORDESTE BRASILEIRO

A guerra de independência no Piauí começou como resultado dos distúrbios que vinham ocorrendo na Bahia, os quais se alastraram por todo o Nordeste e Norte brasileiros, ameaçados continuamente em permanecer colônias de Portugal. Preocupado com a possibilidade de grupos locais armados oferecerem resistência a Coroa lusitana no Piauí, cujo vizinho Ceará iniciava militarmente suas inquietações, o governo português enviou o major conterrâneo João José da Cunha Fidié até a região, tendo chegado à capital da província, Oeiras, no dia 8 de agosto de 1822, no cargo de Governador de Armas.

Objetivando abafar quaisquer movimentos separatistas na província, tal como vinha ocorrendo na Bahia, Fidié foi desafiado pelos piauienses quando, no dia 19 de outubro, a Vila de São João da Parnaíba declarou sua adesão à causa independentista de D. Pedro. Conforme explica Carvalho (2014, p. 53-54), a Vila de Parnaíba era a mais próspera intelectualmente da província e tinha em seu principal comerciante, Simplicio Dias da Silva, um dos líderes do movimento, ao lado do Juiz de Paz João Cândido de Deus e Silva e do oficial Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Além disso, contribuiu para a adesão à revolta contra o governo português a difusão de folhetins e panfletos, principalmente entre

a elite letrada, espalhando-se por outras vilas vizinhas, como Campo Maior, Piracuruca e Valença, as quais, posteriormente, declararam sua independência e apoio a D. Pedro. A vila de Campo Maior, ao receber a notícia do que acontecera em Parnaíba, enviou o aviso à capital, onde Fidié tratou de organizar um contingente armado até a vila rebelde e debelar o movimento separatista.

Contudo, Furquim (2011, p. 12) afirma em seu projeto experimental que Fidié custou a acreditar nos rumores que circulavam sobre o que ocorria na Vila de Parnaíba, demorando, por isso, a agir contra a localidade. Entre os dias 28 e 30 de setembro, as notícias da iminente adesão da vila à independência proclamada pelo príncipe-regente não foram levadas a sério pelo major, o que faz pensar se ele não poderia ter impedido com bastante antecedência os desdobramentos armados que se seguiriam ou até mesmo acelerado o confronto contra os brasileiros locais. Fidié acreditava ter o Piauí sob controle e quando a notícia oficial da adesão da vila chegou em outubro, o governador não teve outra alternativa a não ser abafar o movimento por meios militares antes que outras vilas fizessem o mesmo.

Liderando uma tropa de 1.100 homens, em 13 de novembro Fidié deixou a capital, Oeiras, e marchou rumo a Vila de Parnaíba, levando consigo uma requisição ao governo do Maranhão, ainda fiel a Portugal, de armas e pólvora, e toda a tropa de Milícias, praticamente abandonando a capital, por lá ficando um alferes e um capitão aquartelados na Casa da Pólvora, forças insuficientes para proteger Oeiras em caso de invasão brasileira como reforço ao movimento piauiense (BENTO, 2009, p. 18; FURQUIM, 2011, p. 12, CARVALHO, 2014, p. 54). Sua marcha forçada até o litoral, sob sol escaldante, levou um mês e cinco dias, tendo percorrido 660 km de forma rápida e com muitos sofrimentos para os soldados, os quais, no meio do caminho, assaltaram fazendas em busca de gado para se alimentar e água para se saciar (BENTO, *op. cit.*). Antes da marcha, porém, Fidié enviou uma carta aos líderes revolucionários, exortando-os a se pacificarem e deixarem de lado os ideais separatistas, o que ele muito bem sabia que não iria ocorrer (FURQUIM, *loc. cit.*).

Após doze dias de marcha penosa, as tropas portuguesas assentaram sua base de operações na vila de Campo Maior, localizada estrategicamente entre Oeiras e Parnaíba. Lá, Fidié recebeu os reforços solicitados ao Maranhão e se reabasteceu para prosseguir até alcançar o seu destino final, ficando por lá durante treze dias. Sabedores da aproximação das tropas do governador, os líderes do movimento piauiense se refugiaram em Vila da Granja, na província do Ceará, e solicitaram reforços militares para a província. Carvalho (*op. cit.*, p. 55) lembra que já havia uma mobilização de tropas cearenses e de outras vilas

do Piauí, além da capital, prontas para impedir o retorno dos portugueses a Oeiras, havendo também solicitações de reforços militares às províncias de Pernambuco e Bahia, com a última enviando os reforços solicitados após o fim de sua própria guerra, no meio do ano de 1823. A população da Vila de Parnaíba ainda sofreu com a chegada do brigue português Infante D. Miguel, sob o comando do capitão-tenente Francisco Salina Freire. Enviado do Maranhão, subiu o rio Parnaíba “[...] e fundeou em Iguaraçu onde desembarcou 25 soldados e marinheiros em reforço a guarnição militar de Parnaíba” (BENTO, op. cit., p. 19), obrigando a população da vila, assustada, a fugir para a serra de Ibiapaba.

Fidié chegou à vila rebelada a 18 de dezembro, encontrando o destino deserto e abandonado pela população. Quem ficou, trancou-se em suas casas, temendo o que os portugueses pudessem fazer contra eles. Contudo, o major queria punir alguém e como não encontrasse os líderes do movimento, aprisionou seus parentes e confiscou seus bens. Permaneceu dois meses por lá. Acreditando ter novamente o Piauí sob controle, o governador foi surpreendido, em dezembro, com a tomada da Casa da Pólvora, na capital, pelos piauienses, que escolheram o brigadeiro Manuel de Sousa Martins como presidente da Junta Governativa que assumiria o controle da província (FURQUIM, 2011, p. 15). Na visão dos brasileiros, Fidié havia sido sumariamente destituído de seu cargo e deveria ser capturado em caso de tentativa de fuga.

Em 24 de janeiro de 1823, Sousa Martins, mais tarde Visconde de Parnaíba, declarou a independência de Oeiras e a adesão da província do Piauí a causa independentista brasileira, tendo comunicado ao Maranhão sobre a decisão e pedido neutralidade, devido ao fato de a vizinha ainda se conservar fiel a Portugal (BENTO, 2009, p. 22). Seis dias após a proclamação, o líder Leonardo Castelo Branco retornou do Ceará com os primeiros 600 soldados, alcançou a vila de Piracuruca, prendeu os homens de Fidié lá estacionados e proclamou a independência da localidade. O mesmo aconteceu com outras vilas adjacentes, com Castelo Branco obtendo o seu maior feito em Campo Maior, em fevereiro, vila na qual adentrou sem encontrar resistência (FURQUIM, op. cit., p. 18). Indignado com a ousadia e com, mais uma vez, o seu próprio excesso de confiança político-militar de pacificação, Fidié reuniu as tropas lusitanas e retornou à Oeiras, objetivando reprimir severamente o movimento, saindo a 1º de março da vila, com 11 canhões e reforços de soldados do brigue Infante D. Miguel e da Guarnição do Maranhão em Carnaubeiras.

Mas no meio do caminho das tropas portuguesas rumo a Oeiras havia Campo Maior, em mãos dos rebeldes. Próximo ao rio Jenipapo, Fidié dividiu as tropas em duas fileiras, em virtude da bifurcação da estrada por onde marchavam. A cavalaria seguiu pela estrada da direita, enquanto a artilharia seguiu pela estrada da esquerda. Antes de adentrar na vila, já na altura de Piracuruca, em 10 de março, a cavalaria, com 80 homens, encontrou uma força cearense de 60 homens próximo a Lagoa do Jacaré, em um combate que obrigou a tropa portuguesa a recuar e a ser mais cautelosa em sua marcha confiante (FURQUIM, op. cit., p. 20). A essa altura, os piauienses receberam continuamente reforços do Ceará, de Pernambuco e da Paraíba, para tropas formadas, em sua grande maioria, por trabalhadores do campo que mal sabiam manusear uma arma de fogo. Em Campo Maior, o clima de tensão dominava a todos, esperando a iminência de um choque mais avassalador entre os patriotas e os portugueses (CARVALHO, 2014, p. 56).

Em 12 de março, as tropas de Fidié se encontravam acampadas na Fazenda Canto do Silva, a dez quilômetros da travessia do rio Jenipapo. No dia seguinte, seguiriam rumo a Oeiras, esperando por surpresas desagradáveis no meio do caminho. A fazenda onde acamparam serviria de ponto de reencontro em caso de confronto. Do lado adversário, os brasileiros passaram a noite na praça central da Igreja de Santo Antônio cuidando dos últimos preparativos para interpelar a tropa portuguesa, já às portas da vila (CARVALHO, op. cit., p. 56-57). Lideradas pelo capitão Luís Rodrigues Chaves, as tropas brasileiras eram compostas por 2.000 homens, dos quais apenas 500 dispunham de treinamento de guerra (FURQUIM, loc. cit.). Fidié e seus soldados iniciaram a travessia do rio Jenipapo logo ao raiar do dia 13. Ocultos no arvoredo às margens do rio estavam os patriotas, preparados para emboscar os portugueses.

Aproveitando novamente a bifurcação da estrada, Fidié trocou as posições da artilharia e da cavalaria, enviando a primeira pela estrada da direita com as bagagens e munições de batalha enquanto pelo flanco esquerdo seguiria parte da cavalaria. Vendo a aproximação da cavalaria de Fidié e pensando ser o início do combate, os brasileiros por ali escondidos se revelaram para atacar, obrigando a cavalaria inimiga a retroceder. Descoberta a emboscada dos brasileiros e sua visível desorganização, os portugueses dividiram as próprias tropas, uma devendo avançar pela esquerda e a outra, com o governador lusitano à frente, devendo atravessar o rio Jenipapo, em perseguição ao inimigo. Durante o avanço, deixou em sua retaguarda as bagagens de guerra, com munições, alimentos, despojos obtidos na Vila de Parnaíba e soldos, posteriormente roubados pelos cearenses enquanto fugiam do campo de batalha. Colhendo pelos flancos todos os grupos brasileiros

espalhados no entorno do rio e se aproveitando do abandono da posição inicial dos inimigos, Fidié ocupa a posição e se fortifica com seus onze canhões. É nesse momento que os brasileiros atacam ferozmente os portugueses, ao tentar separá-los e envolvê-los, utilizando-se da superioridade numérica, sendo por duas vezes repelidos, numa luta encarniçada que durou cinco horas (DONATO, 2001, p. 332; BENTO, 2009).

O resultado é devastador para os brasileiros: Donato (loc. cit.) cita a cifra de 600 mortos, 80 feridos e 542 aprisionados pelos portugueses. Os sobreviventes fugiram através da caatinga, os mesmos que, após se recuperarem da derrota, se reuniram mais uma vez com reforços e invadiram o Maranhão, ocuparam a vila de São José dos Matões e proclamaram a independência. Do lado português, não se sabe até hoje o número exato de mortos e feridos, mas se sabe que a deficiência logística de Fidié, em decorrência do roubo de sua carga, o fez se recolher com as tropas na fazenda Tombador, próxima ao rio Jenipapo e pernoitar por lá durante três dias. Vendo ser impossível ocupar Campo Maior, enfraquecido, Fidié decidiu se refugiar na cidade maranhense de Caxias, onde poderia receber os suprimentos que agora lhe faltavam. Resistiu nessa vila durante três meses contra os brasileiros que lutavam pela independência, sem receber os suprimentos necessários, encastelado em uma fortificação sobre o morro das Tabocas, hoje morro do Alecrim. Capitulou em 31 de julho de 1823, de onde foi levado preso para Oeiras e depois para o Rio de Janeiro, sendo de lá deportado para Portugal.

Apesar da derrota em Jenipapo, a batalha contribuiu decisivamente para a reorganização militar brasileira, responsável por, três meses depois, obter a independência das províncias do Piauí, do Ceará e do Maranhão do jugo português ao derrotar Fidié e suas tropas. O objetivo último dos brasileiros foi alcançado, a custo de um elevado saldo de mortos, naquela que ficou conhecida na história das guerras de independência como a batalha mais sangrenta enfrentada pelos brasileiros na ocasião. Juntamente aos conflitos ocorridos na Bahia, encerrados dias antes da libertação das províncias mais ao norte, a guerra no Piauí consolidou a independência do Brasil e a não fragmentação de seu vasto território, agora preocupado somente em encerrar os conflitos no Sul. A costa atlântica era eminentemente brasileira, pois não havia mais o que contestar após a prova de valor e resistência dada pelos brasileiros nos vários teatros de operações espalhados tanto em terra quanto em mar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As guerras de independência do Brasil refletiram duas visões antagônicas, porém complementares: apesar da distância geográfica e relacional entre as regiões do país, elas souberam se unir para atingir o objetivo em comum de se libertar da ocupação portuguesa. Questiona-se a verdadeira intencionalidade das províncias, afinal, não era no império em formação que elas pensavam, mas sim em manter a si mesmas livres como pertencentes ao seu próprio território, independentes para tomar suas próprias decisões. É errôneo pensar que existia uma ideia de nação, algo construído ao custo de guerras internas e externas ao longo do período imperial. As províncias, como observado no estudo acima, decidiram por si mesmas quanto a aderir ou não a ousadia de D. Pedro e de seus partidários, não sendo forçadas em momento algum a fazer parte do grande projeto trabalhado pelos rebeldes contra Portugal.

As operações militares ocorridas revelaram a fragilidade do povo brasileiro em se organizar para defender efetivamente o vasto território em que habitavam. Isso serviu para pensar numa força armada terrestre e naval digna de um país continuamente necessitado em resguardar suas riquezas, ainda cobiçadas por um sem número de nações no Velho Mundo, cada vez mais fragilizadas em sua busca por poder e domínio. Os combates no Nordeste do Brasil, mesmo desconhecidos pela maior parte da população nacional, foram determinantes para a consolidação da independência, muito além do grito dado por D. Pedro às margens do Ipiranga e das confabulações políticas daí decorrentes. Embora muitos estudos, a maior parte locais, tenham sido publicados nos últimos anos, a História do Brasil não pode deixar passar o sacrifício, o sangue e os aprendizados oriundos das batalhas ocorridos em meio a nada pacífica independência do país.

76

REFERÊNCIAS

ANJOS, João Alfredo dos. *José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil*. Brasília, DF: FUNAG, 2007.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A guerra da Bahia. In: FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *2 de Julho: a Bahia na independência nacional*. Salvador, BA: Fundação Pedro Calmon, s.d. p. 8-25.

BENTO, Cláudio Moreira. *O combate de Jenipapo: descrição e análise militar e a sua projeção estratégica na independência do Ceará, Piauí e Maranhão*. Resende, RJ: AHIMTB, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *A Batalha do Jenipapo no processo de independência do Brasil*. Brasília, DF: Centro Cultural da Câmara dos Deputados, s.d. (Série Histórias Não Contadas, Caderno 1)

CARVALHO, Maria do Amparo A. de. *Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica*. 2014. 290 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques da reforma agrária (1996)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed.; São Paulo: IBRASA, 2001. (Biblioteca do Exército, 712; Col. General Benício, v. 375)

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 ed. atual. e ampl. São Paulo: Ed. da USP, 2013. (Didática, 1)

FURQUIM, Gabriella Furtado. *Batalha do Jenipapo: memórias da guerra de Independência do Piauí*. 2011. 41 p. Projeto experimental (Bacharelado em Comunicação) – Departamento de Jornalismo, Universidade de Brasília, Brasília.

KRAAY, Hendrik. Entrevista. *Bahia com História - Revista Eletrônica da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé*, n. 1, jul. 2015. Entrevista concedida a Wlamyra Albuquerque e João José Reis.

LIMA, Nestor dos Santos. *A imagem do Brasil nas cartas de Bolívar*. Brasília, DF: Verano Ed., 2003.

MORGADO, Sérgio Roberto D. Os combates de Pirajá e Itaparica. In: FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *2 de Julho: a Bahia na independência nacional*. Salvador, BA: Fundação Pedro Calmon, s.d. p. 62-79.

ORIÁ, Ricardo. O que é que a Bahia tem? In: BRASIL. Câmara dos Deputados. *Dois de Julho: a independência do Brasil na Bahia*. Brasília, DF: Centro Cultural da Câmara dos Deputados, 2015. (Série Histórias Não Contadas, Caderno 2)

SILVA, Marcelo Renato S. *Independência ou morte em Salvador: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. 2012. 178 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.